

Manuais didáticos como forma simbólica: considerações iniciais para uma análise hermenêutica

Antonio Vicente Marafioti Garnira*
Fábio Donizeti de Oliveira*

Resumo

Com a intenção de construir um referencial que possa dar suporte à análise de textos didáticos de matemática, temos caracterizado essa modalidade de texto escrito como “forma simbólica”, usando as diretrizes enunciadas por John B. Thompson, mais propriamente seu texto *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Este artigo apresenta uma elaboração filosófica inicial ao conceito de “formas simbólicas” para, na seqüência, caracterizar possibilidades de abordagem hermenêutica dos manuais didáticos.

Palavras-chave: Textos didáticos de matemática; Formas simbólicas; John B. Thompson; Hermenêutica.

Textbooks as symbolic forms: initial remarks in order to build up an hermeneutical analysis

Abstract

This paper is a contribution to build up a theoretical framework related to mathematical textbooks and the interpretation of such written texts here characterized as “symbolic forms”. Our intentions are rooted in John B. Thompson’s *Ideology and modern culture: critical social theory in the era of mass communication*. We initially discuss the concept of “symbolic form” in its philosophical development in order to sketch some possibilities to interpret textbooks according to a specific hermeneutical approach.

Keywords: Math textbooks; Symbolic forms; John B. Thompson; Hermeneutics.

Introdução

Com a intenção de construir um referencial que possa dar suporte à análise de textos didáticos¹ de matemática², temos, via de regra, usado a expressão “forma simbólica” para caracterizar essa modalidade de texto escrito. Para tal, implementamos as diretrizes enunciadas por John B. Thompson³, mais propriamente seu texto de 1995, *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Na verdade, com Thompson, a expressão “formas simbólicas” é atualizada e usualmente utilizada em produções contemporâneas, mas há, certamente, teóricos anteriores a ele em cujos escritos a expressão ocorre. Dentre esses, surgem os nomes de Erwin Panofsky (notadamente por conta de sua obra *A perspectiva como forma simbólica*)⁴ e Ernst Cassirer (*A filosofia das formas simbólicas* e, mais recentemente, seu texto *Ensaio sobre o*

homem, uma retomada, síntese e atualização – publicado originalmente em língua inglesa – dos três volumes que compunham *A filosofia das formas simbólicas*).

Neste artigo temos a intenção de apresentar considerações sobre essa expressão traçando um levantamento dos autores a partir dos quais ela pode ser compreendida até chegarmos à obra de Thompson que, julgamos, pode nos fornecer um parâmetro adequado e alternativo para conduzir análises hermenêuticas a textos didáticos. Não se trata, porém, de justificar as posições de Thompson – o último da “linhagem” que optamos por focar – a partir de autores que o antecedem, mas tão-somente procurar por significados à expressão “forma simbólica” (e indicativos de possibilidades de interpretação a essas formas simbólicas) a partir de filósofos que dela trataram especificamente⁵. Pensamos, pois, em inscrever este artigo como uma revisão crítica, seguida de uma complementação indicativa sobre possibilidades de ação frente a essa revisão.

* Endereço eletrônico: vgarnica@travelnet.com.br

* Endereço eletrônico: fabio132@ig.com.br

Proposta essa trajetória, iniciamos nossas considerações a partir de Panofsky.

Panofsky e *A perspectiva como forma simbólica*

O texto de Panofsky, influente historiador da arte alemão nascido em 1892 e falecido em 1968, não é de fácil leitura – “os hábitos filológicos (a resistência a sistemas, a tendência para se afastar da linha de raciocínio, uma sobriedade natural de tom) o tornam obscuro e vago” (Wood, in Panofsky, 1999). O ensaio *A perspectiva como forma simbólica* sustenta a tese “de que os sistemas perspécticos são historicamente plurais, demonstrando como cada um deles se efetua a partir de uma concepção (particularizada pelo tempo) de espaço e visão” (Campos, 2003), para o que reconstrói a história da perspectiva desde o mundo antigo até o século XVII.

[...] são basicamente três os objetivos de Panofsky: i) saber se os antigos conheceram e utilizaram, em suas obras, uma construção perspéctica, de algum modo familiar ao homem moderno; ii) em caso de negativa, determinar se as suas representações do espaço tiveram um carácter meramente casual ou, ao contrário, seguiram uma legalidade interna; e iii) descobrir, por fim, que valor expressivo prevalecente ligar-se-ia ao emprego desta ou daquela construção em particular. [...] Em última análise, o principal escopo de Panofsky, em seu ensaio, é provar que cada período histórico da civilização ocidental formalizou seu próprio código de representação do espaço, sancionando, por essa via, a variabilidade da própria perspectiva, e como cada ‘forma simbólica’ reflete uma mundividência particular. Assim, por exemplo, a convenção perspéctica albertiana⁶ seria apenas uma das muitas soluções possíveis (no caso a do século XVI) para o problema da figuração. (Campos, 2003)

Quando Campos diz *mundividência*, um neologismo, está referindo-se ao termo alemão *Weltanschauung* (visão de mundo) e esse, por sua vez, vincula-se à filosofia da arte creditada a Alois Riegl (a *Weltanschauungsphilosophie* – filosofia da visão de mundo) que tem no conceito de *Kunstwollen* (vontade da arte, vontade artística) um de seus elementos principais. A *Kunstwollen* é uma força do espírito humano que faz nascer afinidades formais dentro de uma mesma época, em todas as manifestações culturais.

Segundo Wood, na introdução ao texto de Panofsky (1999), Panofsky

reteve o conceito de Kunstwollen de Riegl, mas fragmentou-o. [...] Panofsky aceitou, na realidade, o enquadramento que Riegl deu ao problema [da oposição entre filosofia e filologia]. Mas sentiu a necessidade de, por um lado, mascarar ou espalhar seus instrumentos filosóficos simplistas e, por outro, substituí-los por um modelo mais profissional, a filosofia da ‘forma simbólica’. (Wood, in Panofsky, 1999, p. 13)

O projeto de Panofsky parece ser o de escrever a história da arte ocidental como uma história da perspectiva, posto que ela – a perspectiva – parece ser um mediador por excelência entre o objeto-na-arte e o objeto-no-mundo. A leitura do ensaio de Panofsky nos permite afirmar que, para ele, uma forma é tanto mais simbólica quanto menos se deixa apreender globalmente pelos princípios da lógica formal. E é em Ernst Cassirer que Panofsky buscará apoio para sustentar filosoficamente esse seu projeto:

É verdade que este problema [a discussão sobre a perspectiva] parece situar-se mais no âmbito da matemática do que no da arte, já que se poderia, e com razão, apontar que a imperfeição relativa, até mesmo a ausência absoluta, de uma representação perspectiva nada tem a ver com valor artístico (tal como, no caso inverso, a rigorosa observância das leis da perspectiva não redundará em prejuízo da ‘liberdade’ artística). Mas, se a perspectiva não constitui um fator valorativo, é, por certo, um fator estilístico. Poderá mesmo ser caracterizada como (e o termo tão apropriado de Ernst Cassirer penetra na história da arte) uma dessas ‘formas simbólicas’ em que ‘o significado espiritual se liga a um signo concreto, material e é, intrinsecamente, atribuído a esse signo’. (Panofsky, 1999, p. 42)

Portanto, até onde nossa compreensão chega, Panofsky, em seus trabalhos iniciais, atualiza e aprofunda filosoficamente a história da arte de Riegl valendo-se de um conceito fundamental de Cassirer: aquele de “forma simbólica”. É, portanto, em Cassirer que devemos procurar, nesse entrelaçamento de autores, uma motivação essencial para compreender o que são – e como são tratadas – as “formas simbólicas”.

Cassirer, *A filosofia das formas simbólicas e o Ensaio sobre o homem*

Panofsky conheceu Cassirer na biblioteca do Instituto Warburg, no início dos anos 20. Cassirer, àquela época, escrevia a segunda parte de sua obra de três volumes *A filosofia das formas simbólicas*. Vinte e cinco

anos depois, já na Yale University, Cassirer compõe seu *Ensaio sobre o homem*, visando a atender, segundo ele próprio, à solicitação de amigos para publicar uma tradução, em inglês, da sua grande obra:

No que tange ao leitor, seria exigir demasiado de sua atenção ler um estudo em três volumes sobre um tema difícil e abstrato. Mas mesmo do ponto de vista do autor dificilmente seria possível ou aconselhável publicar uma obra planejada e escrita há mais de 25 anos. Desde então, o autor continuou seu estudo do tema. Aprendeu muitos fatos novos e deparou com muitos problemas novos. Até os velhos problemas são por ele vistos de outro ângulo, e surgem sob uma luz diferente. Por todas essas razões, resolvi começar de novo e escrever um livro inteiramente novo. Teria que ser muito mais curto que o primeiro. 'Um livro grande', disse Lessing, 'é um grande mal'. Ao escrever a minha Filosofia das formas simbólicas, estava de tal modo envolvido no próprio tema que esqueci ou desprezei essa máxima estilística. Hoje sinto-me muito mais inclinado a subscrever as palavras de Lessing. Em vez de apresentar uma relação detalhada dos fatos e uma alentada discussão das teorias, tentei concentrar-me, no presente livro, em uns poucos pontos que me pareceram ser de especial importância filosófica, e expressar meus pensamentos tão breve e sucintamente quanto possível. (Cassirer, 2001, prefácio)

Assim, é ao *Ensaio sobre o homem* e a comentadores da obra de Cassirer que vamos recorrer mais proximamente para compreender sua concepção sobre “formas simbólicas”.

Uma das principais premissas do pensamento de Cassirer é a inexequibilidade de um conhecimento absoluto do mundo real, “uma vez que nosso próprio aparato mental possui limites que o condicionam” (Campos, 2002) e a estrutura mental do homem pode ser definida pela tendência de expressar-se por símbolos.

De fato, no capítulo “Uma chave para a natureza do homem: o símbolo” (Cassirer, 2001), Cassirer afirma que o mundo humano não deve ser visto como uma exceção às regras biológicas que regem a vida de todos os demais organismos. Mas há, nesse mundo humano, uma característica distintiva:

O círculo funcional do homem não é só qualitativamente maior; passou também por uma mudança qualitativa. O homem descobriu, por assim dizer, um novo método para adaptar-se ao seu ambiente. Entre o sistema receptor e o efetuator⁷, que são encontrados em todas as espécies de animais, observamos no homem um terceiro

elo que podemos descrever como o sistema simbólico. [...] Comparado a outros animais, o homem não vive apenas em uma realidade mais ampla; vive, pode-se dizer, em uma nova dimensão de realidade. [...] Não estamos mais num universo meramente físico, o homem vive num universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião são partes desse universo. São os variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana. Todo o progresso humano em pensamento e experiência é refinado por essa rede, e a fortalece. O homem não pode mais confrontar-se com a realidade imediatamente; não pode vê-la, por assim dizer, frente a frente. A realidade física parece recuar em proporção ao avanço da atividade simbólica do homem. Em vez de lidar com as próprias coisas o homem está, de certo modo, conversando constantemente consigo mesmo. Envolveu-se de tal modo em formas lingüísticas, imagens artísticas, símbolos míticos ou ritos religiosos que não consegue ver ou conhecer coisa alguma a não ser pela interposição desse meio artificial. Sua situação é a mesma tanto na esfera teórica como na prática. Mesmo nesta, o homem não vive em um mundo de fatos nus e crus, ou segundo suas necessidades e desejos imediatos. Vive antes em meio a emoções imaginárias, em esperanças e temores, ilusões e desilusões, em suas fantasias e sonhos. [...] em vez de definir o homem como um animal rationale, deveríamos defini-lo como animal symbolicum. Ao fazê-lo, podemos designar sua diferença específica, e entender o novo caminho aberto para o homem – o caminho para a civilização. (Cassirer, 2001, p. 47-50)

A estrutura mental do homem, portanto, expressa-se por meio de símbolos e, assim, a finalidade maior da filosofia será estudar as formas simbólicas nas quais se dá o discurso humano.

Tais formas, basicamente, seriam três: a Sprache (linguagem), o Mythos (mito) e a Erkenntnis (conhecimento), sendo a arte ainda uma modalidade particular de simbolização. Mais que se limitar a expressar um objeto, o homem o 'intensificaria', emocionalmente, pela via do símbolo. (Campos, 2002)

A relação entre objetividade e a subjetividade estaria sempre, para Cassirer, perpassada por um mecanismo de simbolização: a mente humana lê e descreve o mundo real de acordo com seus próprios esquemas representativos, pois não tem mais acesso à coisa “em si”. Essa qualidade – algo como que uma “distorção” do intelecto – é a essência do poder criativo do homem e o elemento a partir do qual serão engendradas “formas simbólicas”, responsáveis pela

mediação entre o objetivo e o subjetivo. Essa concepção – que Paul Ricoeur classificará como “lata”, por sua amplitude e extensão – “entende a função simbólica como a função geral de mediação por meio da qual a consciência constrói todos os seus universos de percepção e de discurso” (Silva, in Ceia, 2005). De outro modo, podemos afirmar que, para Cassirer, o símbolo abarca todas as maneiras de objetivar a realidade, pois é o elemento de mediação universal. Para ele, todas as funções de mediação são simbólicas e, com isso, o símbolo tem a mesma extensão que outros conceitos como “realidade” e “cultura”, não permitindo diferenciações.

Paul Ricoeur é o representante da hermenêutica contemporânea que vem freqüentemente à cena quando se trata de discutir a conflituosa relação entre símbolo e interpretação. E a concepção de Ricoeur do que seja um símbolo acaba sendo de uma especificidade bem maior que aquela de Cassirer.

Ricoeur: a interpretação e o símbolo

Para Ricoeur, o símbolo ocorre como que numa tríade de elementos indissociáveis: o *símbolo* é sempre na *linguagem*, e não existe símbolo sem *interpretação*. Desse modo, o campo do símbolo é o campo da interpretação. O símbolo é definido em relação à interpretação e vice-versa, e a natureza do símbolo é a da multiplicidade de sentidos: são as expressões plurívocas, e não as unívocas, o campo privilegiado da hermenêutica: “Querer dizer algo de diferente daquilo que se diz, eis o que, segundo Ricoeur, constitui a função simbólica da linguagem” (Silva, in Ceia, 2005). Caberá à hermenêutica criar um processo que permita ultrapassar o sentido primário das expressões descortinando seus outros sentidos. Essa hermenêutica proposta por Ricoeur é uma hermenêutica instauradora. Ao contrário das hermenêuticas redutoras, que buscam explicar o símbolo desintegrando-o para promover uma análise de seus elementos, as hermenêuticas instauradoras (nas quais se inscrevem Cassirer, Eliade e Ricoeur, dentre outros) até buscam eventuais explicações mas deixam subsistir a dimensão de mistério própria aos vários sentidos que o símbolo oferece à compreensão. A hermenêutica de Ricoeur, portanto, comporta a presença de agentes, fatores e objetos vários, inesperados, e seria efetuada num círculo (uma atualização do antigo conceito de círculo hermenêutico) que é existencial (a própria existência sendo retroalimentada pela interpretação) e comporta, ao mesmo tempo, estratégias conflitantes de atribuição de

significado: a estratégia arqueológica e a estratégia teleológica. A estratégia arqueológica volta-se ao passado, busca causas e origens para o presente, efetua uma dialética entre passado e presente, busca explicações; a teleológica remitifica a realidade, volta-se para o futuro e para o devir, impõe-se numa dialética entre presente e futuro, busca compreensões existenciais. A explicação – motivação originária das ciências naturais – tende à objetividade científica enquanto a compreensão impõe-se na (e visa à) intersubjetividade cultural.

É nessa trajetória teórica – mais especificamente tendo as disposições de Paul Ricoeur como norteadoras – que John B. Thompson, interessado em estudar a cultura e, na cultura, a relação entre a mídia, o poder e as instituições, vai definir como formas simbólicas as ações, falas, escritos e imagens que servem, de um modo ou outro, para sustentar ou estabelecer relações de poder. Além disso, Thompson trará à cena o papel desempenhado pelas instituições sociais como componente de um processo interpretativo. É para apresentar de modo mais detalhado essa abordagem que dedicamos a seqüência deste texto.

John Thompson, cultura, ideologia e formas simbólicas

Cultura e ideologia

O conceito de cultura tem admitido vários significados que vão se transformando e se adaptando às maneiras da humanidade conceber o mundo. Na Alemanha, após um período inicial em que designava a plantação e a criação de animais, cultura e civilização tornaram-se praticamente sinônimos, sendo utilizadas para se referir às pessoas cultas, civilizadas. Essa concepção, chamada por Thompson (1995) de “concepção clássica de cultura” refere-se ao processo de enobrecimento das faculdades intelectuais que se dava através dos trabalhos acadêmicos e das artes. Posteriormente, inicia-se uma diferenciação entre os termos, sendo a cultura relacionada à capacidade intelectual que se dava por meio das artes e das ciências, e a civilização – influenciada pelos costumes franceses, onde existiam grandes universidades para as quais os jovens dirigiam-se para se formar – com os bons modos e refinamento.

Aumentando sua abrangência para além dos conhecimentos intelectuais, cultura passa a englobar também os valores, crenças e costumes característicos dos seres humanos. Esse conjunto razoavelmente fixo era tido como herança de nossos antepassados e

caracterizavam a raça humana. Durante bastante tempo pensou-se numa cultura universal até que fossem observadas as diferenças culturais, que se davam historicamente, entre vários grupos, colocando-a no plural: as culturas.

Desse modo, temos a cultura descritiva, assim chamada justamente por procurar descrever o “[...] conjunto de valores, crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas características de uma sociedade específica ou de um período histórico” (Thompson, 1995, p. 166). Há uma aproximação entre cultura e ideologia: a ideologia faz com que as idéias que circulam em um determinado grupo social se tornem opiniões. Essas idéias normalmente estão vinculadas a um ato criador, a partir do qual o grupo se constituiu e que a ideologia trata de repetir, de tal forma que o pensamento perca rigor em favor da manutenção das crenças. Segundo Ricoeur (1983), essa mutação de um sistema de pensamento para um sistema de crença é o fenômeno ideológico. “É dessa forma que tudo pode tornar-se ideológico: ética, religião, filosofia” (Ricoeur, 1983, p. 69).

Assumindo a preocupação com os povos, o estudo cultural passa à elaboração de estudos visando a compreender suas diferenças, percebendo que existem dois pontos de distinção entre as pessoas: um fisiológico (características físicas) e um cultural (crenças, costumes, valores etc.). O estudo dessas diferenciações marca o nascimento da antropologia como ciência social, atribuindo caráter científico ao conceito de cultura, por possibilitar, para seu estudo, a aplicação de métodos sistemáticos e mesmo objetivos, os únicos, então, tidos como científicos.

Se, porém, os aspectos físicos e culturais distinguem os povos, na natureza, o domínio da produção e decodificação de símbolos discrimina os seres humanos dos demais animais. Os objetos simbólicos ou, mais amplamente, as formas simbólicas, produzidas por uma capacidade singular do ser humano, são sua mais pura manifestação e dizem da sua interação, na sua mundaneidade. O fenômeno cultural passa então a ser simbólico e, conseqüentemente, seu estudo torna-se interpretativo. Tal é o conceito simbólico de cultura, comumente atribuído a Geertz.

A cultura é a manifestação simbólica da ideologia⁷. Para Geertz, a cultura pode ser vista como uma “montagem de textos”, já que para ele as manifestações culturais, ou ainda, as formas simbólicas, possuem a mesma essência dos textos escritos. É uma tentativa de aproximação, na busca metodológica, da etnografia ao método literário de interpretação. Thompson, apesar de concordar com a essência do pensamento de Geertz, critica a rapidez com que ele

assume a possibilidade de considerar as formas simbólicas como texto, desconsiderando alguns problemas que essa aproximação traz consigo. A mesma crítica é estendida a Ricoeur que dá sustentação teórica à Geertz. Esses autores – Ricoeur e Geertz – acreditam que as manifestações humanas, gestos, representações etc. são passíveis de atribuição de significado por um processo semelhante ao da produção literária. Para Geertz, o trabalho do etnógrafo é fixar, por meio da escrita, o que é “dito” nas manifestações culturais.

Vista dessa maneira, a análise dos fenômenos culturais torna-se uma atividade bastante diferente daquela implicada na concepção descritiva, com seus conseqüentes pressupostos a respeito da classificação e da análise científica, da mudança evolucionista e de interdependência funcional. O estudo da cultura, no ponto de vista de Geertz, é uma atividade mais afinada com a interpretação de um texto do que com a classificação da flora e da fauna. (Thompson, 1995, p. 176)

Um outro problema apontado por Thompson quanto ao conceito de cultura em Geertz é sua dissociabilidade com o contexto social no qual as formas simbólicas são produzidas e recebidas. Também aqui Thompson estende sua crítica a Ricoeur. A questão da contextualização social das formas simbólicas, que se dá de forma estruturada nas instituições sociais, é o ponto forte da noção de cultura posta por Thompson.

Cabe, porém, demarcar um ponto de discordância que temos em relação ao trabalho de Thompson quando ele afirma que Ricoeur considera o texto, concebido de forma ampla como manifestação simbólica, fora das relações sociais, desprezando as características particulares através das quais é produzido e recebido. Podemos concordar que, em Ricoeur, não é dada a ênfase que talvez seja necessária às relações de dominação e poder como Thompson o faz, mas afirmar que, em Ricoeur “[...] a interpretação do texto pode basear-se somente em uma análise de sua estrutura interna e conteúdo” (Thompson, 1995, p. 180) é, no mínimo, discutível. O próprio Heidegger, que inspirou grande parte da obra de Ricoeur com seu conceito de *Dasein*, do ser-no-mundo, já trata dos intercâmbios sujeito-mundo (cf. Garnica, 1992).

Thompson, como mencionamos, ressalta a questão da dominação. Para ele, as formas simbólicas são ideológicas quando servem para estabelecer ou sustentar relações de dominação, ou seja, quando as formas simbólicas contribuem para a manutenção sistematicamente assimétrica das relações de poder.

Atribui movimento à ideologia e às formas simbólicas inserindo-as em seu contexto, no qual elas são ou não ideológicas.

As formas simbólicas são ideológicas somente enquanto servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder; e é essa atividade, a serviço das pessoas e grupos dominantes, que tanto delimita o fenômeno da ideologia, dando-lhe especificidade e distinguindo-o da circulação das formas simbólicas em geral, como dá a essa concepção de ideologia proposta um sentido negativo. (Thompson, 1995, p. 90-91)

Concebida dessa maneira, o estudo da ideologia deter-se-á na análise dos modos como o sentido ou significado das formas simbólicas atua para manter ou criar relações de dominação. É, sobretudo, um trabalho interpretativo, e o mérito de Thompson é, em seu método de interpretação, atribuir às instituições sociais um importante papel no processo interpretativo. As instituições sociais, sob as quais vivemos, são estruturadas ideológica e historicamente. Não há a possibilidade de nos distanciarmos do nosso devir histórico, de nos “desgrudarmos”, mesmo que temporariamente, de nossas concepções ideológicas na busca de interpretações. Ao contrário, ao analisar uma forma simbólica, temos que buscar o previamente fracassado distanciamento histórico-ideológico (condição necessária à compreensão), conscientes da ação que as instituições sociais exercem sobre nós e sobre o processo de produção e de apropriação dessas formas simbólicas. A interpretação, portanto, se dá no homem imerso no mundo, fixado ao seu tempo e em sua comunidade, “situado”. Mas assume, também, em si, uma característica de “sobrevôo”, de distanciamento, que só é possível como exercício teórico.

Assim sendo, o intérprete não pode furtar-se aos processos de produção e recepção das formas simbólicas, bem como às influências que sofrem – tanto esses processos quanto os de análise – pelas instituições sociais nas quais estão estruturados. Thompson, assim como Ricoeur, não descarta a análise da estrutura e composição da obra, mas agrega a essa análise, o estudo do e no contexto em que tal obra está inserida. Para ele, “[...] a análise cultural [...] deve ser vista como um estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas” (Thompson, 1995, p. 181).

Aspectos das formas simbólicas

Thompson distingue cinco aspectos das formas simbólicas:

O aspecto intencional

Toda forma simbólica é produzida por um sujeito e para um sujeito, manifestando o desejo do “querer dizer”, da intenção. Algumas teorias consideram ser possível a aproximação congenial entre autor e leitor, de tal forma que o leitor apreenda as experiências do autor, sua condição psicológica no momento da produção literária. Dilthey, por exemplo, procurava estabelecer um método interpretativo que chegasse à intenção do autor. A base de sustentação dessas teorias está na psicologia e a interpretação está relacionada à compreensão de outrem. Teorias mais recentes, porém, consideram que a intenção do autor, presente no texto, perde-se nele. Mesmo quando o leitor é o próprio autor há um distanciamento. O texto ganha autonomia semântica em relação ao seu autor e se abre a diversas possibilidades de interpretação.

A constituição de um objeto como forma simbólica pressupõe que ela seja produzida, construída ou empregada por um sujeito para um sujeito ou sujeitos e/ou que ela seja percebida como produzida dessa forma pelo sujeito ou sujeitos que a recebem. (Thompson, 1995, p. 184)

Segundo o modelo teórico dos campos semânticos, proposto por Lins (1999), no processo de produção da obra, porém, “o autor” constitui “um leitor” tipo, para o qual escreve e “quer dizer”. A constituição de “um leitor” não é, também, ingênua, mas intencional. Por isso o “um leitor”, constituído pelo “o autor”, é determinante da forma e do conteúdo do “dito” no texto. Por outro lado, ao ler, “o leitor” constitui “um autor” tipo, o qual “escuta”. Também a formação do “um autor”, “o leitor” influencia e condiciona seu modo de reagir ao texto. O “um autor” e o “um leitor” podem se aproximar do “o autor” e do “o leitor”, mas só coincidirão, quando muito, de forma accidental.

As imagens das quais os sujeitos se utilizam no discurso são constituídas e mantidas pelas instituições sociais, onde, ideologicamente⁸, têm sentido.

Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É, pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo, pois incluirá: a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o

interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante. (Orlandi, 2005, p. 40)

Dessa forma, fenômenos naturais só podem ser considerados como formas simbólicas se os sujeitos que as recebem consideram a existência de um sujeito, mesmo que sobrenatural, que as produziu. Por outro lado, podemos concluir que toda produção humana, dentre elas os livros didáticos, podem ser considerados como formas simbólicas e, portanto, passíveis de interpretação.

Dizer que um objeto foi produzido por, ou que foi percebido como produzido por, um sujeito capaz de agir intencionalmente não é dizer, entretanto, que o sujeito produziu esse objeto intencionalmente ou que esse objeto é o que o sujeito pretendia produzir; ao invés disso, é dizer, simplesmente, que esse objeto foi produzido por, ou que foi percebido como produzido por, um sujeito sobre quem nós poderíamos dizer, em certas ocasiões, que 'fez isso intencionalmente' [...] seria um erro sugerir que as intenções do sujeito-produtor poderiam ou deveriam ser tomadas como a pedra de toque da interpretação. (Thompson, 1995, p. 184-185)

A grande discussão metodológica acerca das possibilidades de análise das formas simbólicas é fornecer uma interpretação que seja “a mais próxima possível” do que o intérprete entende ser a intenção do autor, apresentando argumentos que garantam que é a mais plausível dentre as possíveis. Por isso, é importante o aspecto intencional das formas simbólicas. É esse aspecto que nos permite falar em interpretação sem, contudo, querer, como na hermenêutica romântica, chegar à intenção do autor ou dele aproximar-se congenialmente.

O aspecto convencional

As formas simbólicas são expressões humanas que se dão através de meios técnicos que obedecem a convenções para possibilitar sua comunicação.

[...] a produção, construção ou emprego das formas simbólicas, bem como a interpretação das mesmas pelos sujeitos que as recebem, são processos que, caracteristicamente, envolvem a aplicação de regras, códigos ou convenções de vários tipos. (Thompson, 1995, p. 185)

Essas convenções nem sempre são explícitas, estando ideologicamente estruturadas. Podemos distinguir ainda regras de codificação e regras de

decodificação, essas não necessariamente coincidentes⁹ ou mesmo coexistentes¹⁰. No processo de interpretação, o aspecto convencional é parte da análise que poderíamos chamar de “análise interna” da obra. No caso dos livros didáticos estrangeiros, por exemplo, que tanto influenciaram o início da escolarização no Brasil, o conhecimento profundo do analista da língua original do livro é um aspecto importante para a compreensão da obra. A própria linguagem matemática possui sua convenção bem estruturada que requer habilidade para ser interpretada.

O aspecto estrutural

As formas simbólicas possuem elementos internos que são convenientemente estruturados e não simplesmente justapostos.

[...] a análise de um texto particular pode ser facilitada pela compreensão da constelação de pronomes característicos de um sistema linguístico, como o inglês ou o francês; e, reciprocamente podemos reconstruir a constelação de pronomes característicos de tais sistemas observando as maneiras pelas quais os pronomes são usados em textos específicos e em outros casos de uso da linguagem. (Thompson, 1995, p. 188)

São vários os elementos que constituem uma forma simbólica e que são convenientemente estruturados, entre si e sistemas simbólicos mais amplos, para compor a forma simbólica. Thompson apresenta um exemplo interessante de análise estrutural. Trata-se de uma fotografia de um soldado negro, devidamente fardado, fazendo continência à bandeira com o olhar levemente inclinado, que foi capa de uma revista francesa: a alteração da etnia, da roupa, da posição do olhar ou da revista onde foi publicada a foto faria com que a interpretação fosse diferente. De maneira semelhante, o livro didático possui aspectos estruturais de apresentação dos conteúdos, da resolução de exemplos e da proposta de exercícios, de metáforas e de ilustrações, de métodos didáticos e pedagógicos que são aspectos importantes para a análise.

O aspecto referencial

As formas simbólicas falam de e sobre alguma coisa. Junto à intenção do autor está sempre o objeto de sua manifestação.

Ao mecanismo de produção de imagens do sujeito, Orlandi (2005) acrescenta a imagem que esses sujeitos têm sobre o objeto do discurso, ou seja, do referencial do texto. Essa imagem, o modo como os

sujeitos percebem o objeto em questão, além do modo como eles se vêem mutuamente, é divergente, e nenhuma delas é o próprio objeto. De qualquer forma, o objeto é concebido e se dá ideologicamente. É utilizado, mesmo que inconscientemente, para transmitir uma determinada concepção. O objeto não possui em si a compreensão, mas se abre a possibilidades de compreensão. Estimula à reflexão o sujeito que o lê, o percebe. A estrutura do objeto pode, porém, induzir o leitor a um rol de possibilidades interpretativas.

O objeto matemático, por exemplo, compõe o referencial do livro didático de matemática, mas é apenas uma de suas faces. Unidos a ele, os aspectos pedagógicos e didáticos compõem a matéria a que se referem os livros didáticos. Numa palavra: o objeto referencial do livro didático de matemática é, ou é por nós pensado como sendo, a educação matemática.

O aspecto contextual

Como vimos no aspecto intencional, as formas simbólicas são produzidas, ou passíveis de serem assumidas como produzidas, com uma intenção de “dizer”. Essa intenção de dizer não é aleatória ou desconectada do mundo, antes, existe pelas relações presentes nos contextos sociais. “[...] as formas simbólicas estão sempre inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas.” (Thompson, 1995, p. 192). Por esse motivo, qualquer análise que se pretenda plausível deve considerar os contextos de produção – as influências que fizeram com que o autor produzisse aquela e não outra obra – e de apropriação das formas simbólicas. Esses contextos não necessariamente são coincidentes já que as formas simbólicas nem sempre são apropriadas da maneira como em princípio se imaginasse que o fossem, ou ainda, da maneira como se imagina que o autor pensava que seriam apropriadas.

Assim, por exemplo, os livros didáticos são produzidos para atender diversos interesses, como os das editoras, os das novas teorias educacionais, os dos públicos a que são destinados, das políticas educacionais etc. e uma análise que negligencie esses contextos, segundo as diretrizes indicadas por Thompson, torna-se lacunar.

Analisados os cinco aspectos das formas simbólicas, podemos concluir que o livro didático pode ser considerado como forma simbólica, fruto da produção intencional humana, produzida de acordo com uma estrutura específica, convenientemente convencionalizada, referindo-se ao objeto educacional de

forma contextualizada, contribuindo para estabelecer ou sustentar relações assimétricas de poder, colaborando para a manutenção do domínio de grupos hegemônicos. Assim sendo, uma metodologia da interpretação pode ser elaborada e aplicada para a análise de livros didáticos de matemática a partir dessas indicações de Thompson. Tal metodologia, se ancorada na perspectiva de Thompson, momentos analíticos distintos, mas complementares, que passamos a explicitar.

A análise sócio-histórica

Formas simbólicas não subsistem num vácuo, elas são produzidas, transmitidas e recebidas em condições sociais e históricas específicas. [...] O objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas da produção, circulação e recepção das formas simbólicas. (Thompson, 1995, p. 366)

Reconstruir as condições sociais e históricas é diferente de reproduzi-las como se essas condições fossem um brinquedo de desmontar que podemos recompor para tê-lo novamente tal qual era originalmente. Reconstruir é construir novamente, mas, dessa vez, numa apropriação criativa, como uma nova criação. Construo a minha significação das condições sócio-históricas porque toda construção é uma reconstrução, assim como toda interpretação é uma reinterpretação de um campo pré-interpretado. Dizer “minha interpretação” para dar um sentido pessoal (ou individual) à interpretação, nesse modo de entender, é quase uma redundância. Mas a individualidade da interpretação não a liberta da necessidade de pesquisa em fontes confiáveis (ao pesquisador), a partir das quais elaborará sua argumentação de plausibilidade.

Na análise sócio-histórica, Thompson destaca alguns pontos a serem observados. Vamos a eles:

a) Situações espaço-temporais

As formas simbólicas são produzidas [...] e recebidas [...] por pessoas situadas em locais específicos, agindo e reagindo a tempos particulares e locais específicos, e a reconstrução desses ambientes é uma parte importante da análise sócio-histórica. (Thompson, 1995, p. 366)

A análise sócio-histórica deve se preocupar com as peculiaridades espaciais do “local” e no período em que as formas simbólicas são produzidas e nas quais são recebidas. Essas condições (de produção e de apropriação) nem sempre são as mesmas, como, por exemplo, quando analisamos livros que ficaram

esquecidos por um bom tempo antes de serem reconhecidos, ou quando a produção se dá em país diferente daquele em que se deu a apropriação. O cotidiano de uma editora no século XIX era bem diferente do encontrado nas empresas modernas. Vários são os relatos de que ser professor há décadas atrás era bem diferente da profissão a que estamos, hoje, acostumados. É favorável, também, que o pesquisador reflita continuamente sobre as condições sobre as quais ele desenvolve sua pesquisa já que, ao reconstruir um período específico ou condições específicas de outras pessoas (autor, leitor, editora, sistema de ensino, etc.) sempre o faz a partir dessas suas próprias condições que também são estabelecidas em um momento específico.

b) Campos de interação

É o “espaço” onde as instituições se constituem. São um conjunto de posições e trajetórias “[...] que conjuntamente determinam algumas das relações entre pessoas e algumas oportunidades acessíveis a elas” (Thompson, 1995, p. 366). É o conjunto de regulações que, em trajetória, definem o comportamento das pessoas, seus recursos e suas limitações. É, por exemplo, o que mantém um autor renomado publicando sem que sua obra necessite passar pelos crivos que as dos novos autores são submetidas, ou ainda, o que faz com que o título de um livro seja alterado para que sua atratividade comercial seja elevada.

c) Instituições sociais

Instituições sociais podem ser vistas como conjuntos relativamente estáveis de regras e recursos, juntamente com relações sociais que são estabelecidas por eles. [...] Elas estão situadas dentro de campos de interação, aos quais elas dão forma através da fixação de uma gama de posições e trajetórias; ao mesmo tempo, porém, elas criam também campos de interação ao estabelecer novas posições e novas trajetórias. Analisar instituições sociais é reconstruir os conjuntos de regras, recursos e relações que as constituem, é traçar seu desenvolvimento através do tempo e examinar as práticas e atitudes das pessoas que agem a seu favor e dentro delas. (Thompson, 1995, p. 367)

Instituições sociais são escolas, famílias, comunidades de bairro, sistemas de ensino, editoras, as sociedades científicas, as sociedades relacionadas à educação, as sociedades de educação científica, movimentos teóricos e didático-pedagógicos determinados, governo, sindicatos etc. Todos possuem

suas dinâmicas internas, suas regras explícitas e implícitas, seus embates de poder, sua hierarquia e, atuando dentro de um campo maior, modificam esse campo de interação e são por ele modificadas. Em determinado momento, por exemplo, coube ao colégio Pedro II (entre outros fatores por proximidade geográfica em relação ao poder do Estado e sua anterioridade histórica em relação ao ensino secundário) influenciar decisivamente as políticas educacionais do país, como cabe hoje a algumas instituições decidir sobre quais livros devem ou não ser produzidos, condicionando, dessa maneira, a própria prática escolar em um determinado período.

d) Estrutura Social

Analisar a estrutura social é identificar e analisar “[...] assimetrias e diferenças relativamente estáveis que caracterizam as instituições sociais e os campos de interação” (Thompson, 1995, p. 367). São diferenças de raça, gênero, e tantas outras categorias que o pesquisador puder identificar que geram diferenças relativamente estáveis. Quantas autoras, por exemplo, de livros didáticos de matemática temos hoje? Há prevalência de autores brancos? Em quais fatores podem estar radicadas as situações vigentes? Quais grupos sócio-étnico-culturais são mais ativos na produção de cultura acadêmica? O olhar sobre a estrutura social se diferencia, pois, da análise das instituições sociais e dos campos de interação por fazer referência às diferenças coletivas e duráveis de acesso a poder, recursos e possibilidades de realização.

Embora a análise da estrutura social se caracterize por certa estabilidade, essa é apenas relativa, já que também as relações de poder sofrem, com o tempo, alterações significativas.

e) Meios técnicos de construção e transmissão

Os meios técnicos conferem às formas simbólicas determinadas características, certo grau de fixidez, certo grau de reprodutibilidade e certa possibilidade de participação para os sujeitos que empregam o meio. (Thompson, 1995, p. 368)

Toda forma simbólica necessita de algum meio para ser produzida e transmitida. A observação de uma pintura necessita de materiais específicos para sua produção (e isso muitas vezes classifica a obra) e da luminosidade para que a possamos observar. O tipo de papel e as formas de encadernação dos livros sofreram muitas mudanças com o decorrer do tempo. A diagramação, as impressões coloridas, as figuras etc.

permitiram uma mudança muito grande não só na forma, mas também no modo como os livros didáticos são concebidos. A análise contextual do emprego desses recursos pode dar indicações sobre a representatividade do livro à sua época. Hoje falamos em livro eletrônico, livro digital, *softwares* educacionais e essas mudanças devem ser levadas em consideração na análise de livros didáticos.

Análise formal ou discursiva

Formas simbólicas são produtos contextualizados e algo mais, pois elas são produtos que, em virtude de suas características estruturais, têm capacidade, e têm por objetivo, dizer alguma coisa sobre algo. (Thompson, 1995, p. 369)

São os aspectos intencional e referencial que caracterizam as formas simbólicas como portadoras de informação: têm a intenção de dizer sobre alguma coisa. Esse aspecto das formas simbólicas se apresenta segundo uma estrutura própria que precisa fazer parte da análise. Embora critiquemos trabalhos que se limitam à análise interna (ou descritiva, como temos usualmente chamado a análise formal ou discursiva de Thompson) dos livros didáticos, consideramos, como Thompson, que essa é uma fase importante dentro do enfoque metodológico da “hermenêutica da profundidade”. Justamente por isso, a análise formal ou discursiva merece uma discussão própria e uma reflexão aprofundada.

Muitos são os métodos de análise formal nas ciências humanas e o desafio é verificar quais procedimentos podem ser adaptados e aplicados aos livros didáticos. Thompson (1995) elenca quatro tipos de análise comuns às ciências humanas:

a) Análise semiótica

Consiste na análise das características estruturais internas de uma obra, seus elementos constitutivos e suas inter-relações. Procura interligar essas estruturas aos sistemas e códigos gerais dos quais fazem parte. Os elementos que constituem a estrutura de um livro didático de matemática, por exemplo, podem ser: gráficos, figuras, desenhos, exemplos, exercícios, definições, demonstrações, justificações etc. A disposição desses elementos contribuem para que o livro didático consiga se expressar, transmitir o que quer “dizer”.

b) Análise sintática

O foco da análise sintática está nas partes das frases, nas categorizações das palavras. Para os livros

didáticos esse tipo de análise estaria voltado à composição dos elementos levantados na análise semiótica individualmente. Por exemplo, a qualidade dos gráficos, a utilidade das figuras e desenhos, as metáforas utilizadas nos exemplos e exercícios, a linguagem utilizada na apresentação da teoria etc.

c) Análise narrativa

Nas ciências humanas a análise narrativa pode ser aplicada quando a obra possui uma constelação de personagens e uma seqüência de acontecimentos que, combinados de uma certa maneira, apresentam uma orientação ou enredo. O modo como a história é contada é o objeto da análise. Do mesmo modo, nos livros didáticos, a forma de apresentação dos conteúdos influencia a postura do professor na sala de aula. Assim, é nesse momento que entra em questão qual ou quais metodologias são favorecidas pela estrutura do livro, se o texto estimula a resolução de problemas, a construção de significados pelo aluno, a exposição dos conteúdos pelo professor etc.

d) Análise argumentativa

Formas de discurso [...] podem abranger cadeias de raciocínio que podem ser reconstruídas de várias maneiras. Essas cadeias de raciocínio [...] são construídas como padrões de inferência que conduzem de um tema, ou tópico, a outro, de uma maneira que seja mais ou menos convincente, mais ou menos implícita. O objetivo da análise argumentativa é reconstruir e tornar explícitos os padrões de inferência que caracterizam o discurso. (Thompson, 1995, p. 374)

Aplicar esse tipo de análise para o estudo de livros didáticos é verificar a harmonia da obra, a seqüência de assuntos, a estrutura de apresentação de cada assunto, sua coerência interna etc. No que diz respeito especificamente ao texto didático de matemática, essa característica é de extrema importância dada a própria estrutura da matemática ser a de uma ciência hipotético-dedutiva. As cadeias de raciocínio da matemática, não só como discurso científico, mas também pedagógico, compõem a estrutura argumentativa da obra.

Interpretação/reinterpretação

Os métodos da análise discursiva procedem através da análise, eles quebram, dividem, desconstróem, procuram desvelar os padrões e efeitos que constituem e que operam

dentro de uma forma simbólica ou discursiva. A interpretação constrói sobre esta análise, como também sobre os resultados da análise sócio-histórica. Mas a interpretação implica um movimento novo de pensamento, ela procede por síntese, por construção criativa de possíveis significados. (Thompson, 1995, p. 375)

Após a análise sócio-histórica e a análise formal, a interpretação ou reinterpretação é a reflexão sobre os dados obtidos anteriormente, relacionando contextos e elementos de forma a construir um significado à forma simbólica.

É nesse momento que as relações entre a produção e as formas de produção, as influências do contexto sócio-político que interferiram no produto final, o livro didático, devem ser construídas. Não apenas nessa fase, mas muito fortemente nela, as relações ideológicas, as formas como o sentido é empregado para estabelecer e sustentar relações de poder, podem ser identificadas.

Embora, didaticamente, Thompson divida sua metodologia da interpretação em três fases, essas não são estanques ou lineares: ocorrem concomitantemente e o fazer inter-relacionado entre elas produz as interpretações que consideramos formar uma análise de livros didáticos.

A interpretação das formas simbólicas

O poder dos impulsos que assediam as nossas fantasias, dos modos de ser imaginários que inflamam a palavra poética, e do omnienglobante, desse algo muito poderoso que nos ameaça enquanto nos sentimos não amados, em todos estes registros e talvez ainda noutros tem lugar a dialética do poder e da forma, que garante que a linguagem apenas apreende a espuma na superfície da vida. (Ricoeur, 1976, p. 75)

Assumir os livros didáticos como forma simbólica implica algumas conseqüências. A primeira delas é que o livro didático torna-se passível de interpretação, mais que isso, abre-se a interpretações, e a interpretação é um complexo – mas corriqueiro – processo de atribuição de significados. Complexo porque é um processo situacional, e, portanto, sofre incontáveis influências, e corriqueiro já que, como estamos cercados de formas simbólicas, interpretamos o tempo todo. E como o fazemos continuamente, nem sempre refletimos sobre esse processo.

As formas simbólicas são construções carregadas de registros de significados produzidos em

condições espaço-psíquico-temporais específicas – e impossíveis de serem identicamente reproduzidas – de um autor. Elas não trazem em si os significados, apenas seus registros ou resquícios, capazes de inspirar seus mais diversos leitores – neles incluído o próprio autor – para que produzam significados tão diversos quanto o número de leituras realizadas. Isso não significa, porém, que qualquer interpretação é válida, que se pode compreender o que se quiser ao atribuir significado a uma forma simbólica. Embora não exista “a interpretação correta”, existem as interpretações plausíveis. Além disso, algumas podem ser consideradas mais plausíveis que outras, e o intérprete deve reunir os argumentos de que dispuser para sustentar a plausibilidade de sua interpretação frente às demais. Não raramente apreciamos uma canção e algum tempo depois, diante de alguma informação nova a respeito do seu compositor, re-significamos letra e música, que passam a ter outro sentido, talvez um sentido “mais plausível” face às novas informações.

Para Thompson, os métodos objetivos de análise formal, herdados do positivismo, não devem ser expurgados do processo de análise. Embora seja apenas uma das fases da interpretação, a análise formal, que pode contemplar também métodos objetivos, contribui no processo de análise e na sustentação da plausibilidade da interpretação. Ainda que, considerada isoladamente, a análise formal ou discursiva, ou seja, a análise dos elementos (internos) da forma simbólica, suas inter-relações e vínculos com estruturas mais gerais, como as de codificação e decodificação, conduza a interpretações parciais ou até mesmo ilusórias, ela é parte importante dentro da proposta da “hermenêutica da profundidade”¹¹.

Porém, de acordo com o conceito de cultura de Thompson, as formas simbólicas são sócio-historicamente estruturadas e, portanto, a análise do contexto sócio-histórico deve fazer parte da metodologia da interpretação para garantir uma maior plausibilidade à interpretação. Dessa forma, as relações sociais, a estrutura das instituições sociais e suas interações ocorridas nos momentos de produção e apropriação das formas simbólicas, bem como os meios técnicos de sua produção e transmissão, devem fazer parte do processo de análise. É, segundo Thompson, a reflexão sobre esses estudos e suas interações – ao que ele chamou de interpretação/(re)interpretação – que permite a produção de significados plausíveis, constituindo, assim, uma metodologia da interpretação das formas simbólicas.

Notas

- ¹ Schubring faz uma série de distinções entre alguns termos referentes às obras destinadas ao ensino: “Na versão original em inglês deste estudo [*Análise histórica de livros de matemática*], o termo utilizado para um livro destinado ao uso no ensino foi *textbook* – um termo que tem a vantagem de ser aplicável a todos os níveis de ensino. Esta vantagem é importante porque a análise metodológica empreendida se aplica em geral a todos os níveis; além disso, pelo menos em todas as primeiras épocas da história da matemática, cada texto escrito serviu como um texto de ensino: isso em razão da extensão ainda restrita da matemática, de um lado, e da falta de diferenciação do ensino em níveis, do outro lado. Deve-se saber que a diferenciação começou por cima, no nível ‘superior’, e que os níveis ‘inferiores’ foram estabelecidos só muito mais tarde. A concepção de *éléments* ou de *livres élémentaires*, como elaborada na França na segunda metade do século XVIII, visa ao projeto de tornar elementar o saber, de fazê-lo ensinável, sem privilegiar um determinado nível de ensino. Infelizmente, no Brasil, não existe um termo correspondente ao termo *textbook*: a denominação ‘livro didático’ é geralmente restrita a livros de uso escolar para o ensino básico (ensino fundamental e médio), e ‘livro-texto’ é, em geral, restrita a livros de uso no ensino superior. Quando falarmos não de um certo nível mas de livros destinados ao uso no ensino em geral, utilizaremos – a fim de evitar ter que repetir essa distinção – o termo ‘livro-texto’ ou o inglês *textbook*” (Schubring, 2003, p. 4).
- ² Neste artigo, ainda que o adjetivo “matemático” ocorra incidentalmente em um ou outro exemplo, não serão tratadas mais pormenorizadamente questões próprias aos textos didáticos “de matemática”: nosso objetivo central, aqui, é tecer considerações que permitam a constituição de um referencial para “textos didáticos”. Tal referencial servirá de fundamento à análise de livros didáticos “de matemática” a ser desenvolvida futuramente em várias investigações do grupo de pesquisa “História Oral e Educação Matemática”. O grupo dispõe de um acervo significativo de obras originais antigas (do século XVII a meados do século XX), em fase de catalogação para posterior divulgação e estudos.
- ³ Há muita confusão quando o nome de Thompson vêm à cena, pois freqüentemente ele é confundido ora com o historiador britânico fiel às concepções marxistas Edward Palmer Thompson; ora com o sociólogo também britânico Paul Thompson, autor de um dos livros já clássicos sobre história oral (*A voz do passado*). John B. Thompson é um sociólogo americano radicado na Inglaterra cujo tema de pesquisa – que o tornou conhecido mundialmente – é a relação entre a mídia, o poder e as instituições. J. B. Thompson é também um especialista em hermenêutica e, especificamente, nas hermenêuticas de Ricoeur e Habermas.
- ⁴ Esse alerta justifica-se dada a cronologia dos escritos que serão aqui considerados. Thompson é um autor contemporâneo claramente influenciado por Ricoeur. Entretanto, não há, em sua obra, referências explícitas ou aprofundadas à Panofsky ou Cassirer, autores julgados como “precursores” no uso da expressão “formas simbólicas”.
- ⁵ A perspectiva albertiana ou clássica refere-se à visão monocular, do olho imóvel situado a uma distância frontal, determinada, do objeto, com abstração proposital de deformações laterais e verticais do campo visual etc. (nota do autor, reelaborada).
- ⁶ O sistema receptor é aquele por meio do qual uma espécie biológica recebe os estímulos externos, e o sistema efetuator, pelo qual reage a eles (nota nossa).
- ⁷ Thompson define ideologia como o uso do sentido para a manutenção de relações assimétricas de poder que, ao impossibilitarem que grupos distintos se alternem no poder, cria relações de dominação e subordinação. “Ideologia, de acordo com essa concepção, é, por natureza, hegemônica, no sentido de que ela, necessariamente, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, com isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes” (Thompson, 1995, p. 91).
- ⁸ Ideologia é a responsável pela manutenção do conjunto de regras que constituem as instituições sociais. Nesse sentido, afirmar que as imagens constituídas por autor e leitor o são ideologicamente é afirmar que elas se dão pelo modo como aquela determinada sociedade projeta, por meio da tradição, a posição do interlocutor. A memória, o já-dito, influencia a imagem que o autor tem da comunidade à qual seu leitor pertence e vice-versa.
- ⁹ O conjunto de regras de decodificação pode não ser o mesmo que foi usado na codificação, como, por exemplo, o texto científico pode ser lido por pessoas de áreas distintas ou mesmo por pessoas de fora da academia, não habitadas àquela linguagem.
- ¹⁰ Pode ocorrer que uma forma simbólica seja codificada e nunca decodificada, como no caso do diário particular que normalmente não é lido por ninguém além do seu autor, ou ainda, decodificada sem ter sido efetivamente codificada, como acontece com os eventos naturais.
- ¹¹ A “hermenêutica da profundidade” (HP) é o processo indicado por Thompson para a interpretação das formas simbólicas. Sua origem está nos trabalhos de Paul Ricoeur.

Referências

- CAMPOS, J. L. de. Sobre Riegl, Panofsky e Cassirer: a intencionalidade histórica da representação espacial. *Agulha – Revista de cultura*, n. 26, jul. de 2002.
- _____. Erwin Panofsky e a questão da perspectiva. *Espéculo – Revista de Estudos Literários*. Universidad Complutense de Madrid, n. 23, 2003.
- CASSIRER, E. *Ensaio sobre o homem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *Filosofia de las formas simbólicas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998. 3 vol.
- CEIA, C. *E-dicionário de termos literários*, 2005 (verbete “símbolo” de autoria de Silva, M. L. P. F. da). <http://www.fcsh.unl.pt/edtl/S/simbolo.htm>. Acesso em 06/06/2007.
- GARNICA, A. V. M. *A interpretação e o fazer do professor: a possibilidade do trabalho hermenêutico na educação matemática*. Dissertação de mestrado em educação matemática. UNESP, Rio Claro, 1992.
- LINS, R. C. Por que discutir teoria do conhecimento é relevante para a educação matemática? In: BICUDO,
- M. A. V. (org.). *Pesquisas em educação matemática: concepção e perspectivas*. São Paulo: UNESP, p. 75-94, 1999.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.
- PANOFSKY, E. *A perspectiva como forma simbólica*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- PALMER, R. E. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- RICOEUR, P. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.
- _____. *O conflito das interpretações*. Porto: Rés Editora, 1969.
- _____. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1976.
- SCHUBRING, G. *Análise histórica de livros de matemática*. Campinas: Autores Associados, 2003.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

Recebido em junho de 2008

Aprovado em julho de 2008

Sobre os autores:

Antonio Vicente Marafioti Garnira é professor livre-docente do Departamento de Matemática da UNESP de Bauru e do Programa de Pós-graduação em Educação Matemática da UNESP de Rio Claro.

Fábio Donizeti de Oliveira é professor substituto do Departamento de Matemática da UNESP de Bauru e da Universidade Paulista (UNIP-Bauru) e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação Matemática da UNESP de Rio Claro.

